



RESENHA DO LIVRO RACISMO, SEXISMO E DESIGUALDADE NO BRASIL

REVIEW OF THE BOOK RACISM, SEXISM AND INEQUALITY IN BRAZIL

Iasmim Lobão Armindo

iaiamim@hotmail.com

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, campus Mesquita
Pós-Graduação Lato-sensu em Educação e Divulgação Científica*

RESUMO

Esta resenha do livro "Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil", escrito por Sueli Carneiro e publicado em 2011, traz demandas, fracassos, encaminhamentos de projetos e avanços que dão visibilidade e representatividade à população negra. A obra apresenta alguns textos que a autora apresentou em uma coluna de opinião em um importante jornal brasileiro durante anos, buscando articular temas em evidência às pressões do movimento negro por espaço social e político. Além disso, a obra também apresenta o cotidiano opressivo presente no âmbito da educação, saúde, acesso a emprego e habitação. A autora traz a maturação do pensamento político que se difunde a partir do meio negro, abrindo caminho para a reflexão sobre os limites da nossa "democracia", visto que a população negra, que constitui a maioria da população brasileira, continua lutando por acesso a recursos públicos que podem sustentar políticas de combate ao racismo, à discriminação e de superação das desigualdades raciais.

PALAVRAS-CHAVE: racismo; discriminação; desigualdade; Conferência de Durban; sexismo.

ABSTRACT

This review of the book "Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil" written by Sueli Carneiro and published in 2011, brings demands, failures, forwarding projects and advances that give visibility and representativeness to the black population. The book presents some texts by the author that have been published in an important Brazilian newspaper for years, seeking to give evidence to the themes and pressures of the black movement for social and political space. In addition, this book also presents the oppressive daily life of the black population in education, health, access to employment and housing. The author brings the maturation of the political thought that diffuses from the black community, paving the way for reflection on the limits of our "democracy", since the black population, which constitutes the Brazilian population majority, continues to struggle for access to public resources that can sustain policies to combat racism, discrimination and overcoming racial inequalities.

KEYWORDS: racism; discrimination; inequality; Durban Conference; sexism.

SOBRE A AUTORA

Sueli Carneiro é filósofa e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Fundadora e coordenadora executiva do Geledés Instituto da Mulher Negra, é integrante do Conselho Consultivo da Anistia Internacional, diretora vice-presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos e ativista dos movimentos feminista e negro do Brasil. Autora de artigos

sobre gênero, raça e direitos humanos em diversas publicações nacionais e internacionais, integra o Grupo de Pesquisa "Discriminação, Preconceito e Estigma", da Faculdade de Educação da USP, e o conselho consultivo do Projeto Mil Mulheres, da Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras e da Ação Educativa.

VISÃO GERAL DA OBRA

Esta obra faz parte da Coleção Consciência em Debate, coordenada por Vera Lúcia Benedito, mestre e doutora em Sociologia/Estudos Urbanos e pesquisadora dos movimentos sociais e da diáspora africana no Brasil e no mundo. O livro reúne textos publicados na imprensa brasileira entre os anos 1999 e 2010. Ele é dividido em nove partes. São elas: direitos humanos, indicadores sociais, racismos contemporâneos, cotas, mercado de trabalho, gênero, consciência negra global, igualdade racial e tempo presente.

O livro apresenta dados estatísticos e relata situações de racismo e discriminação, visto que são variáveis independentes e explicativas das desigualdades, além de apresentar as demandas da população negra, que é vítima de uma sociedade racista. São apresentadas políticas públicas, documentos, projetos de leis, políticas de ação afirmativa e conceitos, como o de branquitude. Há também comparativos do Brasil com outros países, baseados em dados e taxas do IBGE e do Ipea.

Na primeira parte do livro, intitulada "Direitos Humanos", há toda uma contextualização histórica e geográfica acerca das consequências da escravidão, citando a divisão da humanidade em raças e com hierarquias entre elas. Há um levantamento de todos os feitos do país desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, com as primeiras políticas de inclusão racial, a participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ocorreu em Durban, na África do Sul, em 2001. Também são expostos fatos ocorridos durante o governo Lula, como a ocupação de postos governamentais por pessoas negras, além de um dos principais avanços: a promulgação da lei nº 10.639/03, que institui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura africana e afro-brasileira". Trata-se de um marco na educação brasileira, sendo uma forma de valorizar a participação dos afro-brasileiros na história do país e de resgatar os valores culturais africanos.

Também houve ganho na área da saúde, com a aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Considera-se um ganho, visto que é comprovado que há descaso com a prevenção de doenças prevalentes na população negra e mortalidade materna, por exemplo, causadas pelo racismo institucional.

É dada devida importância ao evento de Durban, que é comentado em diversas partes do livro. O Plano de Ação da Conferência de Durban instava aos Estados que elaborassem programas direcionados aos negros e destinassem verbas para as áreas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e proteção ao meio ambiente, além de acesso igualitário ao emprego e políticas de ações afirmativas. Ao contrário do que muitas pessoas acham, as ações afirmativas são implementadas para atender a diferentes segmentos da população que, por questões históricas, culturais ou de racismo e discriminação foram prejudicados em sua inserção social e participação igualitária no desenvolvimento desses países, funcionando como um reparador do que ocorreu no passado e que, infelizmente, ainda ocorre.

Na parte "Indicadores Sociais", são levantados questionamentos que deveriam ser apresentados acerca dos resultados alcançados pelas políticas a serem implementadas a partir das decisões da Conferência de Durban com relação à redução da evasão escolar, à taxa de

redução de desemprego, à presença negra no nível superior e em relação às comunidades quilombolas, entre outros.

A parte "Racismos Contemporâneos" relaciona a miscigenação ocorrida no Brasil com a incapacidade de autotaxação racial. Expressões adotadas, como: moreno-escuro, moreno-claro, moreno-jambo, marrom-bombom e mulato acabam agregadas na categoria "pardo" do IBGE, sendo a categoria negra composta pelo somatório dos classificados como pretos e pardos. A fragmentação da identidade negra vem impedindo que esta se transforme em elemento aglutinador no campo político para reivindicações coletivas por equidade racial. A cientista política Melissa Nobles examina como o Censo brasileiro tem contribuído para embranquecer o país. Ela afirmou que "o Censo ajuda a criar categorias de raça e cor" e, assim, vão clareando as pessoas no Brasil e o próprio Brasil. O novo Censo fez com que houvesse um crescimento dos que se declaram pretos, indígenas e brancos, decrescendo a proporção dos autodeclarados pardos. Existe uma hierarquia cromática e de fenótipos que tem na base o negro retinto e no topo o "branco da terra", sendo o branco considerado estar mais próximo do ideal humano, indicando uma suposta melhor aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros.

Ainda nesta parte são exemplificados os problemas da mídia, diante do deboche de humoristas com "piadas" racistas e justificativas de que tais ditos fazem parte do humor. Outro problema fica por conta dos publicitários, que não representam a diversidade existente entre a população negra e acham que colocar um único indivíduo negro em um comercial, por exemplo, é suficiente, enquanto que a população branca é maioria e diversa: há morenos de cabelo preto, castanho, louro, ruivos, etc.

A autora cita dimensões perversas e assustadoras do racismo no Brasil: a desumanização, a eliminação física ou a opção por tornar-se o outro, o opressor racista e intolerante. Porém, nota-se a ausência de estudos sobre esses aspectos do racismo e da discriminação racial, que são os danos psíquicos e, sobretudo, o golpe na autoestima que os mecanismos discriminatórios produzem nas vítimas do racismo.

Na parte "Cotas" é apresentado o estigma que pessoas negras carregam. É fato, como é afirmado no livro, que pobreza tem cor no Brasil; raça e pobreza são sinônimos, mas isso não deve ser visto como regra. O negro "bem-sucedido" torna-se a exceção que confirma a regra discriminatória: se um consegue, os demais não se esforçaram o suficiente. Tal frase é comumente utilizada por pessoas que não entendem ou simplesmente não concordam com as políticas de ação afirmativas. Tais políticas confirmam que a população negra é digna de direitos, consciente de sua condição de credor social de um país que promoveu a acumulação primitiva de capital pela exploração do trabalho escravo, não ofereceu nenhum tipo de reparação aos negros na abolição e permanece lhe negando integração social por meio das múltiplas formas de exclusão racial vigentes na sociedade, das quais o não acesso à educação é uma das mais perversas.

Nas partes "Mercado de Trabalho" e "Gênero" são apresentadas as complicações que as pessoas negras passam - em especial as mulheres. Se um negro e um branco estão igualmente empregados, o negro ganha menos. Se a pessoa negra for uma mulher, o quadro é ainda pior: ela ganha metade do valor que uma mulher branca pelo mesmo cargo e quatro vezes menos do que um homem branco. O trabalho doméstico foi o lugar que a sociedade destinou às mulheres negras desde a escravidão. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neoescravidistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico.

O movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. As mulheres negras assistiram à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essas mulheres são atingidas pela conjugação que racismo com sexismo produz, tais como danos à saúde mental e baixa autoestima, expectativa de vida menor, menor índice de casamentos e, sobretudo, no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração.

Na parte “Consciência Negra Global”, a autora retoma a discussão sobre o evento de Durban e aborda alguns pontos que haviam sido acordados para serem defendidos em Durban e pós-Durban: a escolha de políticas de desenvolvimento para comunidades ancestrais; a adoção de políticas específicas para mulheres africanas e afrodescendentes; a adoção de medidas de combate aos nexos entre racismo e pobreza; a adoção de mecanismos contra o racismo no sistema penal e a reforma dos sistemas legais; a adoção de medidas contra a discriminação e múltiplas formas de opressão por orientação sexual, raça, cor e origem nacional, e de medidas contra o racismo ambiental.

CONCLUSÕES

Esta obra é interessante para quem quer estudar a diversidade, principalmente racial e de gênero, além da relação entre racismo e discriminação como explicativa das desigualdades raciais. As discussões articulam raça e classe como elementos estruturantes das desigualdades sociais no Brasil.

Além disso, o livro é uma boa indicação para pessoas não negras, em especial as que nunca pararam para observar e ouvir, ou que nunca presenciaram situações racistas. Ele contém muitas informações para quem nunca leu sobre o tema e deseja conhecer um pouco sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.